
Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local

Luís Filipe Fernandes Morais - Ifilipevelez@gmail.com ;

Património arqueológico, valorização, desenvolvimento local

Nas últimas décadas, a questão da valorização do património arqueológico, em territórios urbanos, tem vindo a ganhar particular relevo social, contudo, o seu reconhecimento, no plano das políticas, quer urbanas, quer nacionais, não tem acompanhado, na prática, esse desenvolvimento. É preciso reconhecer o desconhecimento que ainda persiste acerca do potencial de afirmação e expansão deste sector (tanto no plano científico e cultural, como económico), seja pela insuficiente investigação arqueológica, em alguns casos, seja pela inexistência de estratégias de valorização deste património, na maior parte dos casos. A própria literatura geográfica portuguesa não tem tido participação activa na discussão deste tema.

Comummente, a arqueologia, na sua faceta de trabalho de campo, de forma mais explícita em áreas densamente habitadas, é encarada como um elemento perturbador do quotidiano dos cidadãos, uma condicionante das actividades económicas e da expansão urbana, um entrave à actuação das empresas, principalmente as do sector da construção, e uma força de bloqueio de certas operações imobiliárias. As questões do património arqueológico constituem, assim, um bom exemplo do equilíbrio frágil entre crescimento económico e desenvolvimento, traduzido no conflito, que, por vezes, ainda se verifica, entre economia e cultura.

No pós-guerra, sobretudo a partir dos anos de 1960, os arqueólogos foram chamados a intervir no resgate dos bens arqueológicos. A aceleração, sem precedentes, do crescimento das cidades, da sua transformação interna e o desenvolvimento substancial de infra-estruturas subterrâneas obrigaram à mobilização destes profissionais, com vista à preservação dos vestígios arqueológicos, através do seu registo. Em Portugal, a profissionalização dos arqueólogos foi propiciada pelo grupo de trabalho de arqueologia do Gabinete da Área de Sines em 1972. Pouco tempo depois, em 1976, o Campo Arqueológico de Braga reforçou essa profissionalização.

Os discursos construídos em torno da protecção, salvaguarda e valorização do património arqueológico filiam-se nas diferentes teorias gerais, dirigidas para o património cultural, que procuram enquadrar este tipo de intervenções. Desde a Carta de Londres (1969), passando pela Carta de Malta (1992), até ao recente Appear Project (2005), têm-se defrontado, de forma dialéctica, diferentes dimensões do substantivo valorização aplicado ao património arqueológico: cultural, histórica, científica, patrimonial, identitária, económica.

No sistema de gestão territorial português, sob orientações nacionais, é aos órgãos de poder local que cabe a operacionalização de políticas que definem a protecção dos valores culturais. Para gerir conflitos, o actual regime jurídico prevê mecanismos de perequação, permitindo distribuir, entre os agentes envolvidos, as mais-valias e menos-valias decorrentes do estabelecimento de regras de uso do solo. Com efeito, do ponto de vista conceptual e operacional, torna-se necessário discutir o afeioamento de elementos instrumentais de planeamento como as cartas de risco e de sensibilidade arqueológica, a avaliação de impactes sobre o património e o caderno de encargos subjacente a este processo. Ora, estas políticas exigem meios técnicos e financeiros que muitos municípios não possuem, de modo a superarem o simples exercício da mera transposição do inventário nacional do património classificado para a planta de condicionantes do seu Plano Director Municipal.

É possível identificar duas modalidades, aparentemente contraditórias, para fazer face a este problema – a subvenção pública ou a criação de uma fileira económica do património arqueológico, que podem coexistir numa lógica de investimento público reprodutivo. Os benefícios produzidos podem exprimir-se na criação de um valor económico (receitas, emprego), de um valor estético (atribuído pelo gosto, pelo prazer), de um valor de uso (sentido da pura utilidade, dimensão utilizável do objecto histórico), de um valor formal (atração que desperta nos sentidos), de um valor simbólico (património enquanto veículo de relação entre as pessoas que o produziram e os que o utilizam hoje). Na verdade, além do valor cultural específico, os bens culturais fruem outro valor, o de objectos cujo consumo constitui a base da actividade da sua venda como têm feito notar diversos autores.

Com efeito, as operações de investimento destinadas à patrimonialização e musealização dos bens arqueológicos produzem impactos directos (valor criado, emprego e públicos cativados) e indirectos (efeitos multiplicadores no comércio, no turismo, nos serviços de apoio, etc.) na economia local. Os impactos no mercado de trabalho local, a atracção de investimentos externos, os efeitos no ambiente físico urbano (surgimento de espaços e infra-estruturas culturais), os contributos para a qualificação urbanística e ambiental e a entrada em cena de actores mobilizadores de iniciativas criativas identitárias, são alguns dos principais exemplos ilustrativos.

Concretamente, a valorização estratégica do património arqueológico (o que compreende protecção, salvaguarda e gestão), entendida no sentido frequentemente encontrado na literatura francesa - *mise en valeur* -, cria redes de valor, gerando emprego e promovendo a requalificação urbana, tanto do espaço físico, como no âmbito da animação urbana, estética e artística que pode encerrar – elemento económico do desenvolvimento local. Em simultâneo, o conjunto de processos de protecção e salvaguarda do património detém um papel marcante na construção das expressões culturais identitárias, onde tem lugar a participação cívica das populações, nomeadamente no alcance dos princípios norteadores da Agenda 21 Local ou de outras políticas de incidência territorial, o que constitui o elemento de coesão social do desenvolvimento local.